

MÁRCIO MOREIRA ALVES*

Há quem lembre que de boas intenções está pavimentado o caminho do inferno. Eu, não. Sou fã das intenções boas, como as declaradas sábado pelo presidente Itamar Franco, falando de crescimento e programas sociais sob a inspiração do Betinho. Aliás, o Betinho é o candidato do meu coração à Presidência da República. Quando ouvi o discurso, bati palmas com vontade e só acreditei um tiquinho assim.

Longa pode ser a estrada entre a intenção e a ação como o nosso honrado presidente deve estar percebendo, de vez que pouco se fez de concreto desde que assumiu o governo há uma gestação de nove meses. A razão desse não-governo é que a administração federal virou a Rainha de Alice, no País das Maravilhas. A Rainha vivia dando ordens: "Cortem-lhe a cabeça!" E ninguém cortava cabeça alguma, como ninguém, na ponta da execução, obedece às ordens vindas dos gabinetes dos ministros.

No essencial, que seria o combate à inflação acoplado a um planejamento estratégico de redução das disparidades sociais e regionais, nada.

Possivelmente, uma das causas dessa inação são os erros de diagnóstico. Há gente altamente posicionada em Brasília que acredita na existência de uma caixa-preta no Banco Central, dentro da qual estariam acumulados muitos trilhões de lero.

A Constituição de 88 proibiu o

Banco Central de financiar o Tesouro. Segundo Francisco Gros, ex-presidente do BC, essa proibição vem sendo obedecida. Isso quer dizer que não existem as tais ventosas aplicadas ao BC, como dizia o ex-ministro Gustavo Krause? Não, porque a vontade do príncipe pode muito, no nosso presidencialismo imperial.

Há várias maneiras não oficiais de fazer as ventosas funcionarem. Por exemplo: fazer, no exterior, operações de *relending* para empresas estatais, como a Avibrás e a Embraer. Ou, como no tempo da dra. Zélia, depositar uma parte das reservas no Banco do Brasil de Nova York e repassá-las à Petrobrás, a quem se negavam aumentos dos preços de derivados de petróleo. Um último exemplo: o repasse de recursos para entidades federais de crédito falidas. Só a Caixa Econômica Federal levou, já nesse governo, 1,5 bilhão de dólares para arrumar as suas contas.

Outro grande parceiro da inflação que o Banco Central tem de cacifar é o sistema bancário estadual. Nos últimos 10 anos, 80% do sistema bancário público quebrou. O BC teve de intervir em oito bancos estaduais, injetar recursos e devolvê-los para os respectivos governos. Fechado até hoje, só a Caixa Econômica de Minas Gerais.

Os governadores, geralmente em fim de mandato, usam os seus bancos como se fossem a Casa da Moeda, tomando emprestado um dinheiro que não têm condições de pagar, mesmo se intenções de pagar tivessem.

Resultado: há bancos estaduais, dos maiores, que têm três e quatro vezes o valor dos seus patrimônios emprestado aos seus próprios governos.

Enquanto as leis do sistema bancário só valerem para o setor privado, vai ser muito difícil acabar com a inflação, achia Gros. Outra pré-condição para se ter uma real política monetária seria a limpeza dos balanços do BC, cuja elaboração é hoje falseada por ter ele no seu passivo a dívida externa e, no ativo, os títulos do Tesouro. Portanto, deve em dólares e é credor em cruzeiros. Quando os títulos internos valorizam mais do que o dólar, o que acontece sistematicamente, o BC dá um lucro fenomenal. Ficício:

O "Plano Eliseu" não parece ter a intenção de tocar nesses problemas. Mas, por outro lado, promete fazer caixa com uma venda a jato de participações minoritárias do governo federal em empresas privadas e com a privatização de subsidiárias lucrativas de grandes estatais.

Ambas as propostas têm sido objeto de críticas. Quanto às participações minoritárias, diz-se que a sua liquidação abrupta jogaria no chão o preço das ações, que melhor renderiam se guardadas no portfólio do Tesouro, dado que se acredita na eficiência da gestão privada. Em relação às subsidiárias, especialmente às da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, que são as que contam, a sua privatização destruiria o planejamento estratégico das empresas, baseado na diversidade das suas atividades.

Não existe uma única companhia de petróleo que não tenha a sua distribuidora: Vender a Petrobrás Distribuidora, a segunda maior empresa do país em volume de vendas, é uma forma velada de atacar a empresa-mãe. Se o problema é o monopólio do petróleo, por que não propor logo a sua extinção, em vez de tentar fali-lo?

Quanto à Vale do Rio Doce, a ela não se aplicam os argumentos em favor da privatização. Em primeiro lugar, porque já tem em mãos do público 49% das suas ações. Em seguida, porque é a maior empresa do mundo no seu setor, liderança que nenhuma outra empresa brasileira tem. Logo, é de presumir-se ser mais bem administrada que todas as outras, públicas ou privadas. Mais: teve um lucro de 251,9 milhões de dólares em 1992. Não só nada custa ao Tesouro, como o engorda com impostos e dividendos. Acresce que mantém com o governo um contrato de gestão, que prevê metas que têm sido cumpridas. Finalmente: desde a presidência de Wilson Brumer, diversificou-se em plataformas de negócios que são, precisamente, as parcerias, muitas vezes com empresas privadas e em condições de sócia minoritária. Foi a solução encontrada para diminuir o impacto sobre a empresa das oscilações do preço internacional do minério de ferro. Se tudo isso tem dado tão certo, a insistência em desmontar a empresa, se não for um erro, é uma negociata.